

FÓRUM DE GOVERNANÇA DA INTERNET

Reunião do Grupo Consultivo

Genebra, 4-5 de setembro de 2007

Relatório resumido

1. O Grupo Consultivo reuniu-se em Genebra nos dias 4 e 5 de setembro para preparar o segundo encontro do IGF, a realizar-se no Rio de Janeiro de 12 a 15 de novembro de 2007. A agenda adotada pelo Grupo Consultivo está publicada no site do IGF. A seguir, um resumo das discussões de cada item da pauta.

Transparência / Observadores

2. O grupo discutiu como melhorar a transparência dos seus procedimentos e como cumprir suas responsabilidades, definidas no comunicado das Nações Unidas à imprensa que anuncia a renovação das suas incumbências. ("Como parte da sua tarefa, solicitou-se que o Grupo Consultivo aumente a transparência do processo de preparação, assegurando um fluxo de informações contínuo entre seus membros e os diversos grupos interessados".) O grupo concordou em publicar a pauta de suas reuniões e os resumos de suas deliberações.

3. O grupo também discutiu a proposta de admitir observadores em sua reunião, sugerida durante as consultas abertas em 3 de setembro. Como não houve consenso sobre essa proposta, o grupo concluiu que não seria possível admitir observadores nessa sessão. Enquanto alguns membros foram favoráveis à idéia de admitir observadores, outros argumentaram que uma decisão nesse momento já bastante adiantado do cronograma poderia causar um desequilíbrio do ponto de vista geográfico e dos envolvidos, pois favoreceria os participantes presentes em Genebra.

Revisão da programação preliminar

4. O grupo revisou a programação preliminar. Uma versão revisada está disponível no site do IGF. O grupo recomenda o seguinte quanto à programação básica:

Recursos essenciais da Internet:

O ponto de partida da discussão é a definição contida no relatório do

WGIG (par. 13a):

"Questões relacionadas à infra-estrutura e gerenciamento de recursos essenciais da Internet, como a administração do sistema de nomes de domínio e endereços de protocolos da Internet (endereços IP); a administração do sistema de servidores-raiz; padrões técnicos; *peering* e interconexão; infra-estrutura de telecomunicações, que inclui tecnologias inovadoras e convergentes; bem como a multilingualização."

A sessão usará uma abordagem básica, levando em conta os princípios da WSIS. O propósito da discussão é trazer informações e opiniões.

Ela será conduzida por um painel equilibrado de cinco a sete especialistas, incluindo os principais envolvidos, e deve refletir vários pontos de vista diferentes.

Acesso:

- Problemas especiais de conectividade enfrentados pela África, locais isolados, ilhas e países menos desenvolvidos.
- Desafios para acesso em áreas rurais.
- Ensino, treinamento e capacitação no uso da tecnologia.
- Soluções para acesso de baixo custo.
- Acesso móvel e sem fio.
- Confiabilidade, políticas e custos de conectividade no plano internacional.
- Interconexão local e regional e regulamentações além de fronteiras.
- O impacto econômico do acesso.
- Questões relacionadas à neutralidade da rede.

Diversidade:

- Formação de apoio e estímulo à demanda por conteúdo desenvolvido em nível local. Isso inclui conteúdo que não é comercialmente viável, suporte de software e o papel da comunicação audiovisual.
- O papel dos padrões abertos no estímulo à diversidade.
- O envolvimento de comunidades lingüísticas no desenvolvimento de nomes de domínio internacionalizados (IDNs) e no desenvolvimento de conteúdo multilíngüe, incluindo conteúdo em idiomas indígenas e de minorias lingüísticas.
- Tecnologias, políticas e capacitação para reduzir o analfabetismo e oferecer acesso e conteúdo acessível a grupos marginalizados e vulneráveis da sociedade, como pessoas idosas e pessoas com deficiências.

- Políticas públicas voltadas para conteúdo gerado por usuários (CGU).

Abertura:

- Liberdade de expressão e o papel dos governos na proteção desse direito.
- Proteção à privacidade e sua relação com a liberdade de expressão.
- A relação entre regulamentações nacionais sobre liberdade de expressão e a Internet sem fronteiras.
- A relação entre empreendimento privado, direitos humanos e o cumprimento das leis nacionais.
- O equilíbrio entre os direitos dos cidadãos e os direitos de detentores de propriedade intelectual.
- Modelos inovadores de negócios, que se tornaram possíveis com a Internet, para lidar com conteúdo digital e sua aplicação no desenvolvimento.
- Software livre, software proprietário e padrões abertos.
- Os desafios para o acesso à informação e ao conhecimento e o que pode ser feito para vencê-los.
- Maximização do acesso ao conteúdo.

Segurança:

- Ameaças à segurança de países, empresas e indivíduos como usuários da Internet e a à própria Internet
- A definição de ameaças à segurança, cooperação internacional de segurança, incluindo assuntos como cibercrime, ciberterrorismo e ciberguerra.
- A relação entre implementação nacional e cooperação internacional.
- Cooperação além de fronteiras nacionais, levando em conta legislações diferentes para privacidade, combate ao crime e segurança.
- O papel de todos os envolvidos na implementação de medidas de segurança, incluindo a segurança em relação a comportamentos e usos.
- Segurança de recursos da Internet.
- Autenticação e identificação
- Autenticação e identificação e seu papel na promoção da confiança on-line e sua relação com a proteção à privacidade.
- Desafios à privacidade num ambiente de segurança.
- O respeito à liberdade de expressão.
- Privacidade e identidade.
- Privacidade e desenvolvimento.
- Aspectos de segurança relacionados à proteção de crianças.

- Proteção de crianças contra abusos e exploração no ambiente on-line.

Assuntos emergentes

- O caráter cada vez mais penetrante da Internet num contexto político, econômico e social.
- Implicações políticas da rápida difusão da Internet móvel e sem fio.
- Implicações políticas do conteúdo gerado pelos usuários.
- Implicações sobre as políticas para concorrência.

Revisão do programa preliminar da reunião no Rio de Janeiro

5. O grupo concordou em deixar o maior número possível de locais e horários à disposição para os diversos tipos de reunião. Em breve o site do IGF apresentará a programação atualizada.

6. O grupo concordou em adotar uma política liberal em relação aos pedidos de reuniões das coalizões dinâmicas. Todos concordaram que depois do encontro no Rio de Janeiro será preciso definir critérios mais claros e que no futuro as coalizões dinâmicas não terão direito automático de apresentar relatórios na sessão principal.

O Ponto de Encontro / Praça

7. O grupo foi informado sobre os arranjos logísticos para um ponto de encontro / praça não-comercial que estará disponível gratuitamente para os grupos interessados. Comentou-se que o espaço foi ampliado, já que se cancelou o espaço comercial para encontros por falta de interesse num espaço comercial.

O resumo

8. O grupo discutiu a possibilidade de prorrogar o prazo final para envio de sugestões a serem incluídas no resumo, e pediu que o secretário consulte o escritório das Nações Unidas em Genebra sobre as modalidades de tradução do documento.

Programação do trabalho até o encontro no Rio

9. O grupo aprovou os seguintes prazos finais:

Prazos finais para:	
Propostas de integrantes dos painéis	12 de setembro de 2007
Notificação da secretaria para todos os organizadores de reuniões	12 de setembro de 2007
Possível prorrogação do prazo para sugestões a fim de que possam ser incluídas no resumo	17 de setembro de 2007
Organizadores de reuniões devem apresentar a lista inicial dos palestrantes (como possíveis integrantes dos painéis)	22 de setembro de 2007
Organizadores de reuniões devem apresentar a lista final de palestrantes (para inclusão no programa)	10 de outubro de 2007

O Grupo Consultivo

10. O grupo teve uma primeira troca de idéias sobre seu papel, sua função e sua renovação. Um assessor do co-presidente [do comitê organizador] do país anfitrião, o Sr. Everton Lucero, apresentou um documento para discussão. O grupo não estava em posição de dar um parecer sobre essa proposta. O documento está disponível no site do IGF.

Outros assuntos

11. O Sr. Lucero apresentou um documento sobre o conteúdo, estrutura e resultados da reunião no Rio de Janeiro, que está disponível no site do IGF. O grupo não estava em posição de dar um parecer sobre esse documento.